

CONDENADOS A VIVER NO BRASIL

Janaina Amado*

Recentemente foram elaboradas, nos Estados Unidos e na França, por um pesquisador norte-americano e por um brasileiro, as duas primeiras teses de doutorado sobre um importante assunto da história de todos os povos de língua portuguesa, porém até há pouco descuidado pelos historiadores: o degredo. As duas teses são as mais profundas pesquisas já realizadas sobre o transporte penal de condenados, civis e religiosos, desde Portugal até o Brasil. Em nosso país, esses condenados por crimes que variavam desde furtos de pão até homicídios dolosos ou feitiçarias, e por períodos de alguns anos até toda a vida, viviam em liberdade (em geral vigiada), mas deviam custear a própria subsistência.

A prática penal do degredo, conhecida desde a antigüidade e adotada por várias metrópoles durante a época moderna, foi aplicada ao Brasil desde 1500 (Cabral, ao seguir para a Índia, deixou dois degredados em terra, para aprenderem línguas e costumes locais) até a data da Independência. Houve degredados em quase todas as capitanias brasileiras e, com o tempo, o Brasil passou também a condenar seus réus ao degredo, seja interno – para fora do local de residência do condenado ou para outra capitania –, seja para colônias portuguesas, especialmente Angola e Moçambique.

Apesar da importância do tema e da abundância da documentação sobre ele existente nos arquivos brasileiros e portugueses, são raros os estudos sobre os degredados para, no e do Brasil. Nenhum livro específico sobre o assunto foi ainda publicado, restringindo-se a bibliografia, além das duas teses, a artigos e a obras históricas de caráter geral ou relativas a questões correlatas ao degredo. Esta revisão pretende apreciar as duas teses de doutorado escritas sobre o

* Professora titular do Departamento de História da Universidade de Brasília.
Textos de História, v. 5, n° 1 (1997): 134-142.

tema, chamando a atenção para a sua importância e para a oportunidade da publicação de ambas no Brasil.¹

A primeira tese de doutorado: os degredados civis

Exiles and Orphans: Forced and State-Sponsored colonizers in the Portuguese Empire, 1550-1720 (Degredados e Órfãos: Colonizadores Forçados e Patrocinados pelo Estado no Império Português), de autoria do pesquisador norte-americano Timothy Coates, foi orientada pelo Prof. Dr. Stuart Schwartz na Universidade de Minnesota². O trabalho investiga o imenso poderio do Estado português entre

- 1 Os principais artigos publicados sobre o tema são: Costa, Emília Viotti da. "Primeiros povoadores do Brasil: O problema dos degredados", in: *Revista de História*, S. Paulo, Vol. XIII, Nº 27, Ano VII, 1956, pgs. 1-23; Pieroni, Geraldo. "Desterrados na Metrópole e Receados na Colônia: os ciganos portugueses degredados no Brasil", in: *Varia Historia*, Departamento de História, UFMG, nº12, 1993, pgs. 114-127; Souza, Laura de Mello e. "Por dentro do Império: infernalização e degredo", *Inferno Atlântico – Demonologia e Colonização. Séculos XVI-XVIII*. S.Paulo: Companhia das Letras, 1993, pgs. 89-101; Vieira Ferreira. "O Degredo nas Ordenações do reino e os degredados vindos com Pedro Álvares Cabral", in: *Revista do Instituto Histórico de Geográfico Brasileiro*, Volume 200 (referente ao período Julho-Setembro 1948), 1950, pgs. 127-131. Há também obras históricas de caráter abrangente ou sobre assuntos correlatos, tanto clássicas quanto recentes, que trazem referências e/ou análises sobre os degredados para e no Brasil. Dado o seu grande número, é impossível citá-las todas aqui, lembrando-se, a título de exemplo: Abreu, J. Capistrano de. *Capitulos de História Colonial*. Rio: Briguiet, 1954; Algranti, Leila Mezan. *Honradas e Devotas – Mulheres na Colônia*. Rio/Brasília: José Olympio/Edunb, 1993; Almeida Prado, J.F. *Primeiros Povoadores do Brasil 1500-1530*. S.Paulo: Nacional, 1954, 3ª edição; Araújo, Emanuel. *O Teatro dos Vícios – Transgressão e transigência na sociedade urbana colonial*. Rio: José Olympio, 1993; Cortesão, Jaime. *Os Descobrimentos Portugueses*. Lisboa: Arcádia, 1958, 2 volumes; Costa, Elisa Maria Lopes da. *O Povo Cigano entre Portugal e Terras de Além-Mar*. Lisboa: Grupo de Trabalho do Ministério da Educação Para As Comemorações Dos Descobrimentos Portugueses, 1997; Dias, Carlos Malheiro (ed). *História da Colonização Portuguesa do Brasil*. Porto: Litografia Nacional, 1924, 3 volumes; Novinsky, Anita. *A Inquisição*. S.Paulo: Brasiliense, 1986; Priore, Mary del. *Do Sul do Corpo: Condição feminina maternidades e mentalidades no Brasil Colônia*. Rio/Brasília: José Olympio/Edunb, 1993; Souza, Laura de Mello e. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. S.Paulo: Companhia das Letras, 1986; Souza, Laura de Mello e (ed.). *História da Vida Privada no Brasil*. S.Paulo: Companhia das Letras, 1986, 1º volume; Vainfas, Ronaldo. *Trópico dos pecados: moral, sexualidade e Inquisição no Brasil colonial*. Rio: Campus, 1989; Varnhagen, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil*. S.Paulo: Melhoramentos, 1975, 8ª edição, 5 volumes.
- 2 Coates, Timothy J. *Exiles and Orphans: Forced and State-Sponsored Colonizers in the Portuguese Empire, 1550-1720*. Tese de doutorado apresentada à Universidade de Minnesota, EUA, 1993, 2 volumes, 478 páginas. Timothy Coates atualmente é professor de história no College of Charleston, SC, EUA. A tradução de sua tese deve ser lançada em Portugal no ano de 1998, na coleção "Outras Margens", sob o patrocínio da Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses. O lançamento do trabalho nos EUA, em versão condensada, é esperado para 1999, pela Stanford University Press.

meados dos séculos XVI e a segunda década do século XVIII, focalizando principalmente duas práticas sociais laicas, aparentemente desvinculadas entre si, que em muito contribuíram para manter, solidificar e expandir tal poderio: de um lado, o envio sistemático de degredados do reino para as colônias, e, de outro, a instituição das «órfãs do rei», órfãs portuguesas educadas pelo Estado, que deste recebiam dotes (muitas vezes ofícios estatais, para serem ocupados pelos futuros maridos), com o objetivo de casar-se e constituir família nas áreas coloniais para onde eram enviadas.

A tese apoia-se em uma impressionante quantidade de dados recolhidos em numerosos arquivos e bibliotecas de Portugal, Índia e Estados Unidos, pois a intenção original de Coates foi investigar a história de órfãs e degredados, ao longo de duzentos anos, em todo o império português. O trabalho filia-se, assim, à tradição historiográfica (da qual um dos maiores expoentes é C.R.Boxer) que concebe o império português como uma totalidade, nela inserindo as questões do tema que está sendo estudado. Trata-se de tradição pouco desenvolvida no Brasil. Aqui, a maioria dos especialistas em história do período colonial privilegia apenas a relação entre a colônia brasileira e sua metrópole, deixando de considerar o conjunto do império. Essa perspectiva, além de empobrecer a análise histórica – situações análogas e possíveis comparações deixam de ser efetivadas –, pode conduzir a caminhos enganosos, já que, em nenhum momento, as autoridades portuguesas responsáveis pelas diretrizes políticas e pela administração coloniais deixaram de considerar a totalidade do império. A explicação para a tomada de uma determinada medida ou para o início de uma importante nova política no Brasil encontrava-se às vezes a milhares de quilômetros da colônia brasileira, não em Portugal, mas em Goa, Luanda ou Lourenço Marques.

Timothy Coates compôs com maestria seu objeto de estudo a partir de fundos documentais muito diferentes entre si – como a Lista dos Autos da Inquisição da Biblioteca Nacional de Lisboa, os Registros da Câmara de Goa, códices do Arquivo Histórico Ultramarino referentes às capitânicas hereditárias do Brasil, documentos do Arquivo Nacional da Torre do Tombo sobre o Desembargo do Paço e as Chancelarias Reais, Livros das Santas Casas da Misericórdia encon-

trados em arquivos municipais de várias localidades portuguesas... e isso não é mais que uma pequena amostra! –, costurados com paciência e competência. A tese devolve-nos a confiança na importância de uma boa pesquisa histórica.

Na primeira parte, dedicada ao estudo do degredo, o trabalho examina, entre outros assuntos, as bases legais dessa prática penal, os diversos tipos de degredo existentes em Portugal (trabalhos forçados nas galés, degredo interno, etc.), a introdução do sistema no mundo colonial lusitano, seu funcionamento nas várias áreas e as principais transformações que sofreu ao longo do tempo; embora se refira também à condenação ao degredo por motivos religiosos, é do degredo civil que o trabalho realmente se ocupa. A segunda parte da tese, dedicada à análise da situação dos órfãos no império português, analisa os agentes sociais e as instituições encarregados de sua guarda – juizes dos órfãos, tutores, orfanatos, Santas Casas da Misericórdia etc. –, para, em seguida, fixar-se no estudo de duas instituições que providenciavam a entrega dos dotes e os casamentos das «órfãs do rei», o Recolhimento do Castelo, em Lisboa, e o Convento de Santa Mônica, em Goa,

Dessa largueza de perspectivas (curiosamente adotada em uma época de pleno domínio da microhistória e de trabalhos monográficos) decorre a principal qualidade do trabalho de Coates: sua capacidade de construir um objeto de estudo a partir de documentos e assuntos não só variados, como aparentemente desconectados. Exatamente porque os documentos e argumentos foram reunidos, relacionados, cotejados e pensados pelo autor como um conjunto, e não como elementos independentes, é que foi possível desvendar questões inéditas e alcançar conclusões originais. Ao examinar dois segmentos sociais aparentemente desconectados entre si – de um lado, os degredados, alguns deles perigosos assassinos, e, de outro, as jovens órfãs –, Coates prova à exaustão como ambos foram empregados pela Coroa com o fim comum de reforçar, por diferentes maneiras, o poderio real em áreas coloniais; a lógica que os informa, portanto, é uma só.

A mesma metodologia é empregada em todo o trabalho, gerando outros resultados: o confronto, por exemplo, entre as medidas

oficiais a respeito do degredo – pacientemente remontadas pelo autor, a partir de diversas fontes – e os principais eventos da história do império colonial português demonstram que ambos guardam estreita relação entre si. Isto conduz a outra das importantes conclusões de Coates: a comprovação de que o degredo português, para conseguir atingir os fins para os quais fora criado, caracterizou-se por uma extrema flexibilidade. Se a Coroa necessitava, em determinado momento, por exemplo, de soldados para lutarem na Índia, era para lá que a maioria dos degredados era enviada, independentemente do que rezassem leis e sentenças dos juizes; mas o destino dos degredados poderia subitamente mudar, se a prioridade do momento fosse, por exemplo, combater os holandeses em Angola ou fortalecer o Estado do Maranhão. Já se a meta era incrementar a população branca e a formação de famílias lusas em uma área colonial específica, recorria-se ao envio das órfãs. Tal flexibilidade, exercida de várias formas, permitiu ao Estado adaptar às suas necessidades conjunturais normais legais, instituições judiciais e agentes sociais, tendo sido a principal responsável pelo sucesso e longa duração dos sistemas de degredo e da educação e expedição de órfãs no império português. O contraste entre a diminuta população portuguesa e a grande dimensão do império luso – afirma Coates, em outra importante conclusão – obrigava o Estado a aproveitar a vida de todo e qualquer português, fosse uma criança abandonada ou um perigoso assassino.

É evidente que um trabalho com o pioneirismo e a abrangência temática e temporal de *Exiles and Orphans* abandona, necessariamente, algumas questões, enquanto aborda outras com menor grau de profundidade. Há na tese, por exemplo, um desequilíbrio entre o número, a qualidade e a profundidade das informações sobre as várias regiões do império, com claro prejuízo para a África. Uma perspectiva às vezes excessivamente ‘indiana’ leva o autor a afirmações que seus próprios dados desconfirmam, como: “Em teoria, todos ou quase todos os degredados enviados para uma das colônias foram para além-mar servir como soldados da Coroa” (pg. 156). A ausência de uma reflexão sistemática sobre o sistema jurídico português e seu papel no Antigo Regime impediu o autor de aprofundar o estudo das relações entre a legislação e a prática social do degredo e dos órfãos.

Coates não explica, por exemplo, as razões do contraste entre a flexibilidade da prática social do degredo e a rigidez da legislação sobre o assunto: ao mesmo tempo em que a Coroa enviava degredados para vários destinos e por prazos mais ou menos flexíveis, a numerosa e constantemente atualizada legislação sobre o degredo era muito específica, estipulando, para cada crime, uma pena com número fixo de anos, e sempre para uma colônia determinada.

Muito mais significativo, entretanto, do que apontar possíveis lacunas no trabalho, é ressaltar a abrangência, excelência e pertinência da pesquisa realizada e das conclusões alcançadas: *Exiles and Orphans* é simplesmente o mais exaustivo estudo jamais realizado sobre os temas dos degredados civis e dos órfãos no império português.

A segunda tese de doutorado: os degredados julgados pela Inquisição

A segunda tese de doutorado escrita sobre o degredo é *Les Exclus du Royaume: L'Inquisition Portugaise et le bannissement au Brésil. XVIIe siècle (Os Excluídos do Reino: A Inquisição Portuguesa e o degredo para o Brasil. Século XVII)*, de autoria do historiador brasileiro Geraldo Pieroni, orientada pela Profa. Dra. Kátia de Queirós Mattoso na Universidade de Paris-Sorbonne (Paris IV)³. Esta tese complementa a anterior, já que Pieroni centra sua pesquisa em um tipo de degredo pouco analisado por Coates – o motivado por crimes então considerados da alçada da religião, julgados pelo Tribunal do Santo Ofício –, focalizando não todo o império português durante dois séculos, mas ‘apenas’ o Brasil, durante o século XVII (mais precisamente, entre 1580 e 1720).

Les Exclus du Royaume procura compreender o degredo por motivos religiosos em Portugal a partir de uma dupla perspectiva: a do poderoso Tribunal do Santo Ofício (esse “Estado dentro do Esta-

3 Pieroni, Geraldo. *Les Exclus du Royaume: L'Inquisition Portugaise et le bannissement au Brésil. XVIIe siècle*. Tese de doutorado apresentada à Universidade de Paris-Sorbonne (Paris IV), 1996, 2 volumes, 603 páginas. Geraldo Pieroni, atualmente professor bolsista recém-doutor na Universidade de Brasília, Brasil, elaborou sobre o tema também sua dissertação de mestrado: *Vadios, Heréticos e Bruxas – os degredados portugueses no Brasil colônia*. Universidade Federal da Bahia, 1991.

do”, cujo lema, *Justitia et Misericordia*, hoje nos parece profundamente irônico), desvendando seus princípios, lógica, alcance e as várias facetas de funcionamento; e a do universo dos condenados ao degredo brasileiro pela Inquisição, uma gama muito variada de gente, constituída em parte por grupos culturalmente definidos e perseguidos no reino, como os cristãos novos e os ciganos, e em parte por homens e mulheres, religiosos e laicos, que a Coroa e a Igreja desejavam afastados do centro do império, acusados que eram de feitiçaria, heresia, blasfêmia, bigamia, adultério, sodomia...

A primeira parte da tese (toda ela embelezada por reproduções) estuda a história, as principais leis, os procedimentos legais e as transformações do degredo, civil e, principalmente, religioso, chamando a atenção, entre outros, para a antiguidade dessa prática penal, para a grande porcentagem (39,3%) de condenados ao degredo interno em Portugal – o que impede caracterizar a pena, como tradicionalmente se tem feito, como uma pena colonial – e para a lentidão e complexidade dos procedimentos jurídicos no Portugal do Antigo Regime. As segunda e terceira partes do trabalho focalizam o mundo dos condenados, seus envolvimento com a Inquisição e as várias formas desta proceder; evidenciam, por exemplo, como os “pecados” e os “pecadores” eram muito mais difundidos no reino do que Igreja e Coroa gostariam de admitir, e como, nos julgamentos, teciam-se complexas teias de ingerências religiosas, sócio-econômicas, políticas, institucionais, culturais... Em sua parte final, a tese propõe-se a realizar uma “anatomia” da instituição do Santo Ofício, ao mesmo tempo em que indaga sobre os possíveis destinos dos degredados no Brasil.

Tal como o trabalho de Coates, a tese de Pieroni caracteriza-se pela excelência da pesquisa. Não se trata aqui, como em *Exiles and Orphans*, de estudar e cotejar numerosas fontes provenientes de diversos arquivos, mas de aprofundar a análise histórica sobre um tipo básico de documentação – os 590 processos do Santo Ofício julgados em Lisboa, Évora e Coimbra durante o século XVII, que redundaram em degredo para o Brasil, identificados pelo autor nos arquivos portugueses (em sua maioria, localizados na Torre do Tombo). Pela primeira vez estes processos foram investigados em con-

junto, como documentação serial (e qualquer pesquisador minimamente familiarizado com um só processo da Inquisição consegue avaliar a quantidade de trabalho e esforço dessa pesquisa), o que possibilitou a Pieroni formular conclusões bem fundamentadas e, às vezes, também originais. Não foi feita pesquisa em arquivos do Brasil: o destino dos degredados portugueses após o transporte para a colônia americana será tema (espera-se) de um futuro trabalho do autor.

Geraldo Pieroni chama a atenção para alguns aspectos importantes, ainda não suficientemente explorados, da atuação da Inquisição portuguesa. É o caso do contraste entre, de um lado, a crueldade e a severidade dos métodos empregados pelos inquisidores (torturas, isolamento dos presos, terror etc.) e a boa margem de negociação quanto ao conteúdo das penas, por intermédio dos adiamentos nos embarques, das comutações e dos perdões reais. Um capítulo (o XV) particularmente interessante demonstra como o Santo Ofício baseava sua atuação não apenas no segredo das confissões e interrogatórios mas, também, na quebra de tal segredo – por parte de juizes, funcionários do Tribunal e das cadeias, e por intermédio dos próprios delatores, fossem estes livres, condenados ou ex-condenados –, criando uma cruel rede de relações sociais baseada não na autoridade e no segredo, como inicialmente se faria supor, mas principalmente no medo, na desconfiança, na ambigüidade e na surpresa, já que, após a violação dos segredos, nunca se sabia ao certo de onde poderiam surgir os inimigos.

A tese também ilumina facetas até então pouco conhecidas, ou desconhecidas, a respeito dos degredados enviados pelo Santo Ofício ao Brasil, no século XVII. Esses condenados deixam de ser abstrações ou cifras para ganhar vida, nomes, sobrenomes, famílias, locais de nascimento e expressar opiniões e desejos; a tese de Pieroni aproximamo-nos das experiências desses homens e mulheres expulsos do reino: ouvimos suas vozes, participamos de seus sonhos e frustrações, conhecemos seu intenso sofrimento. O resultado é uma manancial de novas informações sobre o sistema jurídico, a religião e a vida cotidiana de Portugal, bem como sobre as relações entre a metrópole e sua colônia americana no século XVII.

Manancial apenas parcialmente aproveitado pelo autor, pois Pieroni parece ter sido vítima de uma armadilha comum a teses baseadas em copiosa documentação: prendeu-se à lógica dos documentos, como se estes falassem por si próprios, construindo parte do trabalho a partir de tal lógica, e não de reflexões e perspectivas baseadas nas fontes, porém informadas pela teoria e metodologia, pelo olhar, enfim, do historiador. É comum o autor, para ilustrar um fato ou tendência, enumerar uma longa relação de exaustivos exemplos, todos muito semelhantes entre si, copiados dos processos inquisitoriais, sem que nenhuma idéia nova os acompanhe (quando bastariam um ou dois exemplos, relacionando-se em nota a documentação referente aos restantes, passando-se logo à próxima idéia). Onde seguiu outro caminho (como no ótimo Capítulo XV, sobre as violações dos segredos das confissões, ou no Capítulo XVI, intitulado “Entre inferno e paraíso, o Brasil purgatório”), Pieroni obteve resultados inovadores e muito instigantes. Devido à perspectiva adotada, o trabalho ressentise também da falta de um diálogo mais constante e proveitoso com os outros autores que pesquisaram o tema da Inquisição.

Les exclus du Royaume é a mais profunda pesquisa já empreendida sobre os degredados que a Inquisição enviou para o Brasil. Complementa *Exiles and Orphans*. Qualquer novo estudo sobre o assunto deverá, necessariamente, partir dessas duas obras. Juntas, elas estabeleceram um novo patamar para a compreensão da fundamental história do degredo religioso e civil para o Brasil. Espera-se que logo editoras do país se interessem em transformar estas importantes teses em livros ao alcance do público.